



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

ACÓRDÃO DA 1ª CAMARA : AC01-G.JRPC-790/2014
PROCESSO TC/MS : TC/11985/2013
PROTOCOLO : 1427039
ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
RESPONSÁVEL : LEANDRO PERES DE MATOS
CARGO DO RESPONSÁVEL : PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO : NOTA DE EMPENHO N. 3.238/2013
RELATOR : CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

EMENTA

**NOTA DE EMPENHO DE DESPESA – PROCEDIMENTOS DE EMISSÃO
DO DOCUMENTO E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA
DA CONTRATAÇÃO – REGULARIDADE**

São regulares os procedimentos de emissão de nota de empenho de despesa e de execução financeira da contratação, por meio dos quais hajam sido cumpridos os requisitos da lei e do regulamento e não haja vício na documentação apresentada ao Tribunal.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 15ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, de 9 de setembro de 2014, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do relator, em declarar a regularidade dos procedimentos de emissão da Nota de Empenho de Despesa n. 3.238, de 2013, emitida pela Administração Municipal de Naviraí, em favor da empresa Robson Fernandes Locação de Máquinas e Equipamentos - ME, e de execução financeira da contratação, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Campo Grande, 9 de setembro de 2014.

Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral - Relator

RELATÓRIO

Tratam as peças dos autos sobre a Nota de Empenho de Despesa n. 3238, de 2013, emitida pelo Município de Naviraí em favor da empresa Robson Fernandes Locação de Máquinas e Equipamentos - ME, havendo sido examinados a formalização do instrumento e a execução financeira da contratação substanciada na referida Nota de Empenho de Despesa pelos técnicos da 1ª Inspeção de Controle Externo e considerados regulares, por meio da Análise n. 8132/2014 (peça 17).

Em seguida, o Procurador de Contas, em manifestação sobre a matéria, emitiu o Parecer GAB.5 DR.TMV/SUBSTITUTO-9480/2014 (peça 18) e opinou como “*regular a formalização contratual (2ª fase) e a execução financeira do presente Contrato (3ª fase), nos termos dos Incisos II e III, do Artigo 120, da RN/TCE/MS n. 076/2013 c/c Artigos 59 e 60 da Lei Complementar n. 160/2012.*”.

É o Relatório.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

VOTO

Da análise dos autos verifico que a formalização da Nota de Empenho de Despesa n. 3238/2013 e a sua execução financeira, se desenvolveram em consonância com as disposições dos instrumentos da legislação aplicável. Desse modo, não há óbice para a declaração da regularidade das etapas examinadas.

Diante do exposto, acolho os posicionamentos firmados pela Inspeção competente e pelo representante do Ministério Público de Contas e voto nos termos de: declarar regulares os procedimentos de formalização e de execução financeira da Nota de Empenho de Despesa n. 3238, de 2013, emitida pelo Município de Naviraí em favor da empresa Robson Fernandes Locação de Máquinas e Equipamentos - ME, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

É como voto.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Conselheiro relator e proferida no sentido de declarar a regularidade dos procedimentos de emissão da Nota de Empenho de Despesa n. 3.238, de 2013, emitida pela Administração Municipal de Naviraí, em favor da empresa Robson Fernandes Locação de Máquinas e Equipamentos - ME, e de execução financeira da contratação.

Presidência do Exmo. Sr. Ronaldo Chadid

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Waldir Neves Barbosa e Ronaldo Chadid.

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior, Procurador de Contas
Campo Grande, 9 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro Relator